

# PRODUTO **N**

Documento sobre a sistematização inicial dos danos das 5 regiões e alinhamento da metodologia de construção participativa do Mapeamento, a partir dos eixos e subeixos elencados e em consonância com a construção de projetos comunitários para o Anexo I.1



## EXPEDIENTE

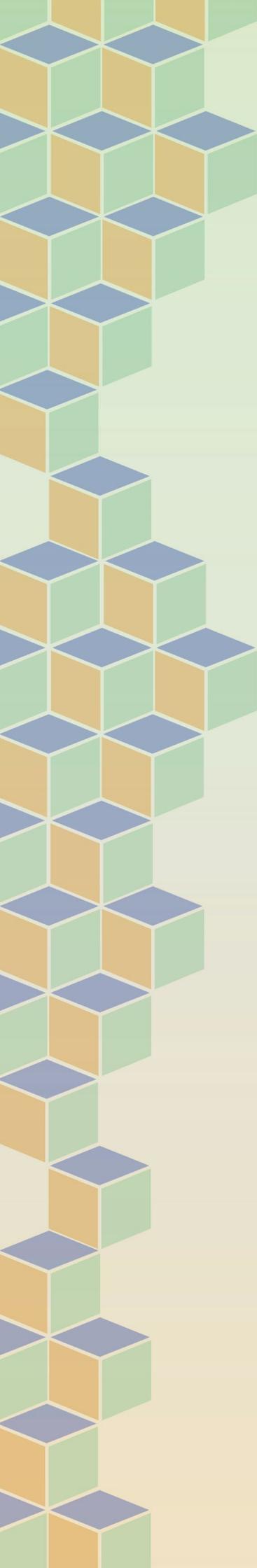
---

Equipe técnica da Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social – Aedas  
Equipe técnica do Instituto Guaicuy  
Equipe técnica do Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens - NACAB  
Data de publicação: 05/08/2022  
Região de referência: 01; 02; 03; 04 e 05



## **Sumário**

<b>1. Introdução .....</b>	<b>5</b>
<b>2. Mapeamento dos danos coletivos e difusos das 5 regiões .....</b>	<b>8</b>
a. Danos coletivos e difusos .....	8
b. Metodologia de diagnósticos e compatibilização .....	8
i. Instrumentos/pesquisa utilizados pelas ATIs para o mapeamento dos danos coletivos e difusos .....	8
ii. Compatibilização dos danos coletivos e difusos da Bacia .....	24
<b>3. A sistematização inicial dos danos coletivos e difusos em consonância com os projetos de demandas das comunidades do Anexo I.1 .....</b>	<b>28</b>
<b>4. Próximas Etapas.....</b>	<b>30</b>



# *Introdução*





## 1. Introdução

Por meio de ofício datado de 19 de abril de 2022, as Instituições de Justiça solicitaram às Assessorias Técnicas Independentes a elaboração do “Produto N: Documento conjunto entre as três ATIs sobre a sistematização inicial dos danos das 5 regiões e alinhamento da metodologia de construção participativa do Mapeamento, a partir dos eixos e subeixos elencados e em consonância com a construção de projetos comunitários para o Anexo I.1.”. Este documento é complementar ao “Produto A: Processo participativo para elaboração, decisão e execução de projetos das comunidades e políticas de acesso ao crédito e microcrédito para Bacia do Paraopeba e Lago de Três Marias, com indicação de sugestões ao Comitê de Compromitentes a respeito de possibilidades de Gestão dos recursos do Anexo I.1”.

O “Produto A” apresentou a proposta de Governança Popular do Anexo I.1, a partir da descrição do histórico do processo de construção participativa junto às pessoas atingidas ocorrido em todas as regiões desde a assinatura do acordo. No documento também são apresentadas sugestões ao Comitê de Compromitentes a respeito de critérios e de possibilidades da gestão dos recursos do Anexo I.1, a partir dos debates realizados pelas pessoas atingidas. Por fim, o produto A também apresenta as premissas, diretrizes e conteúdo do Plano Participativo de Reparação e Desenvolvimento do Anexo I.1.

O objetivo do presente documento é apresentar a metodologia de sistematização dos danos coletivos e difusos das 5 regiões, em consonância com a construção de projetos comunitários para o Anexo I.1. A sistematização de danos coletivos e difusos servirá de base para a construção do Plano Participativo de Reparação e Desenvolvimento do Anexo I.1, detalhado no “Produto A”, e a organização destes danos se dará por meio de temas e subtemas<sup>1</sup>. Assim, o Plano Participativo do Anexo I.1 buscará fornecer o suporte para definição, pelas pessoas atingidas, das linhas de projetos de demandas comunitárias e as políticas de acesso aos recursos do crédito e microcrédito.

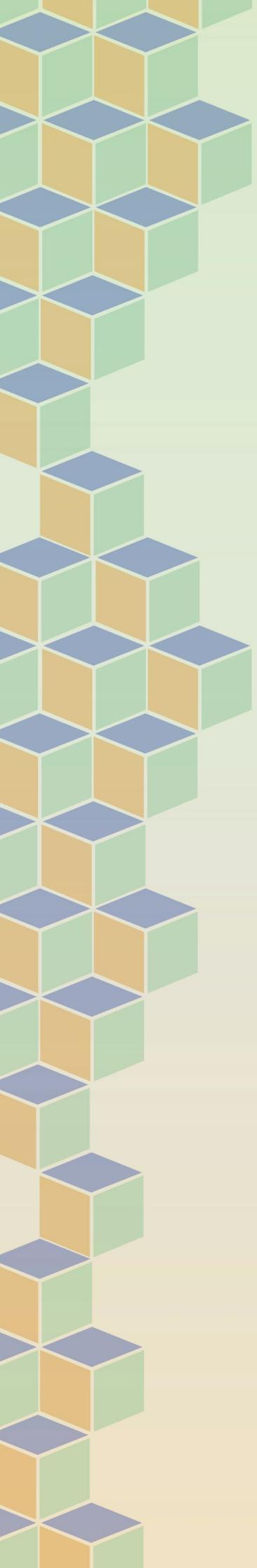
Conforme ressaltado no próprio “Produto A”, e em acordo com a demanda das próprias pessoas atingidas, a proposta de Governança Popular e do Plano Participativo de Reparação e Desenvolvimento do Anexo I.1 estão ainda em processo de construção e aprimoramento. Neste mesmo sentido, as informações e premissas que darão suporte para a definição de linhas de projetos comunitários e linhas de crédito e microcrédito pelas pessoas atingidas também poderão ser

---

<sup>1</sup> Ressaltamos que a organização de danos por meio de “eixos” e “subeixos” tem sido realizada pelas 3 ATIs para a organização dos danos individuais homogêneos. Esta organização foi detalhada no “Produto G: Documento com a estrutura dos eixos e subeixos do Mapeamento de Danos e Reconhecimento da bacia do Paraopeba e Lago de Três Marias, a partir dos danos já sistematizados pelas ATIs nos cinco territórios atingidos.”



aprimoradas. A proposta de sistematização de danos coletivos e difusos para fundamentar o Plano Participativo de Reparação e Desenvolvimento do Anexo I.1, tem como objetivo fornecer às pessoas atingidas as informações necessárias para a tomada de decisão, evidenciando como os recursos do Anexo I.1 podem efetivamente serem direcionados para a reparação.



## *Mapeamento dos danos coletivos e difusos das 5 regiões*





## 2. Mapeamento dos danos coletivos e difusos das 5 regiões

### a. Danos coletivos e difusos

O mapeamento de danos nos territórios atingidos pelo desastre sociotecnológico da Vale S.A. parte de um ponto comum, qual seja, as pesquisas e diagnósticos realizados pelas assessorias técnicas independentes nas 5 regiões, e se desdobra em aspectos individuais, coletivos e difusos, que demandam medidas e estratégias distintas de reparação. No que diz respeito à reparação coletiva, seus limites e possibilidades foram estabelecidos a partir da celebração de Acordo Judicial, de fevereiro de 2021, que demarcou os instrumentos de reparação dos danos socioeconômicos difusos e coletivos, notadamente descritos nos anexos I.1, I.2 I.3 e 1.4.

As assessorias partem da compreensão de direitos difusos e coletivos como **categorias que protegem bens jurídicos indivisíveis**, isto é, **que não são passíveis de fracionamento** entre os indivíduos sujeitos de direito, conforme previsão legal que trata dessa categorização. São os prejuízos, agravos, perdas, humilhações e lesões sofridos pelos grupos sociais e pelas comunidades atingidas sobre os quais não é possível quantificar os prejuízos sofrido por cada pessoa individualmente, mas apenas os grupos sociais que vivem os danos, nos casos dos coletivos e a sociedade como um todo, no caso dos difusos. Não se confundem com os danos individuais e individuais homogêneos, excluídos do acordo judicial e sob apuração do processo judicial de reparação, sobretudo na *Matriz de Danos e Reconhecimento*. Nesse sentido, os danos difusos e coletivos tratam de violações em âmbito comunitário e, por isso, demandam métodos próprios de reparação, por meio de projetos de reabilitação, restituição e compensação socioeconômica.

Cabe destacar que grupos socialmente vulnerabilizados como mulheres, população negra, povos e comunidades tradicionais, crianças e pessoas idosas estão sujeitos a perdas, danos, agravos e prejuízos coletivos específicos, uma vez que há sobreposição de questões e desigualdades estruturais ao contexto do rompimento da barragem. O Plano estabelece formas de identificar especificidades desses grupos e garantir uma reparação correspondente e adequada.

### b. Metodologia de diagnósticos e compatibilização

i. Instrumentos/pesquisa utilizados pelas ATIs para o mapeamento dos danos coletivos e difusos



## Aedas

Demarca-se o início do processo metodológico de construção dos diagnósticos participativos de danos gerados pelo rompimento da barragem da Vale S.A. nos municípios de Brumadinho, Mário Campos, Betim, São Joaquim de Bicas, Juatuba e Igarapé no momento de elaboração do primeiro Plano de Trabalho de ATI da AEDAS em 2019. Nesse momento inicial, foi realizado levantamento de informações sobre os danos vivenciados, o qual permitiu a estruturação de seis Áreas Temáticas para aprofundamento e construção participativa dos diagnósticos: 1) saúde; 2) socioambiental; 3) economia, trabalho e renda; 4) moradia, infraestrutura e patrimônio; 5) educação e serviços socioassistenciais; 6) patrimônio cultural, cultura, esporte e lazer. Destaca-se ainda, a constituição de metodologias apropriadas para o levantamento e identificação da transversalidade dos danos em cada um destas áreas temáticas de grupos específicos como mulheres e povos e comunidades tradicionais.

Tipo de instrumentos e técnicas	Abordagem
<b>1. Registro Familiar</b>	O Registro Familiar é aplicado por meio de uma entrevista estruturada com os membros da família atingida acompanhadas pelas AEDAS. Consiste em um instrumento de levantamento preliminar do perfil socioeconômico, demandas iniciais e dos danos sofridos pelos núcleos familiares, com permissão e anuência dos mesmos.
<b>2. Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) Diagnóstico Rápido Participativo e a Matriz de Medidas Emergenciais</b>	Realização de rodadas de reuniões com as pessoas atingidas para tratar de diversos temas, bem como levantamento de danos. A metodologia é aplicada através dos Grupos de Atingidos e Atingidas (GAAs) e Rodas de Diálogo Temáticas (RDs) nos municípios de Brumadinho, Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos e São Joaquim de Bicas. E a Matriz de medidas emergenciais trata-se de um instrumento balizador do trabalho da ATI junto às atingidas para o aprofundamento dos temas centrais de diagnóstico e que vem subsidiando processos de reparação em andamento.
<b>3. Diagnóstico de danos ao Patrimônio Cultural, Cultura, Esporte e Lazer</b>	Foi contratada uma consultoria por região para aprofundamento sobre Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, objetivando o levantamento dos dados ao acesso e ao desenvolvimento das atividades relacionadas a esta linha temática. A proposta metodológica de cunho qualitativo foi composta por levantamento de dados primários e secundários, por meio de sistematização e análise de documentos sobre os municípios das Regiões 1 e 2, bem como revisão de estudos e legislações que



	<p>abordam os eixos temáticos. O diagnóstico contou, ainda, com o mapeamento georreferenciado dos bens e manifestações culturais. Ressalta-se que está prevista outra consultoria complementar para aprofundamento quanto aos danos ao Patrimônio Cultural e Ambiental, Esporte, Turismo e Lazer.</p>
<b>4. Diagnóstico de danos à Saúde</b>	<p>Para a conformação do diagnóstico, foi realizada pesquisa teve como objetivo realizar um estudo transversal sobre os danos e necessidades emergenciais em saúde da população atingida pelo desastre sociotecnológico nas Regiões 1 e 2. Para tanto foram contratadas uma consultoria por região. Na Região 1, a metodologia foi dividida em duas áreas específicas: coleta de dados secundários e coleta de dados primários, com técnicas de pesquisas complementares. Foi utilizada a Análise de Situação em Saúde (ASIS) como método, que consiste na produção do conhecimento a partir do processo analítico-sintético de caracterização, mensuração e explicação do perfil de saúde-doença da população. É dividida em três fases para implementação da metodologia: I) mobilização e planejamento; II) produção do conhecimento, e; III) intercâmbio e uso do conhecimento. A partir dessas abordagens conduziu-se a fase de priorização de recomendações utilizando-se da Matriz de Gravidade, Urgência e Tendência (GUT), através da resposta de formulário online por atingidos e atingidas, profissionais da gestão municipal de saúde e desenvolvimento social para a avaliação de prioridade. Na Região 2, o diagnóstico teve como abordagem metodológica a pesquisa quantitativa e qualitativa, por meio do levantamento de dados primários e secundários, análises de mídias e notícias jornalísticas e geoprocessamento. Foram ouvidas pessoas atingidas, através de entrevistas individuais e rodas de diálogos no intuito de identificar os danos à saúde física e mental, bem como os impactos do rompimento no sistema de saúde pública e as necessidades emergenciais das pessoas atingidas. Destaca-se que os estudos em saúde tiveram continuidade de forma integrada às consultorias da área Socioambiental. Além disso, ainda estão previstos novos estudos sobre a Gestão do Risco à Saúde Humana nas Regiões 1 e 2.</p>
<b>5. Diagnóstico de danos Socioambientais</b>	<p>O objetivo deste diagnóstico é realizar o levantamento de aspectos e danos ambientais, com foco nos meios Físico e Biótico de áreas das Regiões 1 e 2, enquanto uma das linhas de pesquisa da temática. Para o levantamento dessas informações foram contratadas duas consultorias por região. As metodologias consistiram em levantamentos de dados primários e secundários, através de técnicas e instrumentos consolidados em estudos de impactos ambientais e análises da qualidade ambiental, integrando, ainda, metodologias participativas junto à população atingida, com ênfase nas percepções ambientais da população. Ressalta-se que, especificamente na Região 2, também foi contratada uma terceira consultoria com objetivo de trabalhar a</p>



	<p>linha de pesquisa dos danos e recuperação do Rio Paraopeba. A primeira fase do estudo sobre danos aos meios Físico e Biótico foi composta por dois eixos: 1) Diagnóstico e Levantamento de Danos Ambientais no qual foram estudados dados secundários disponíveis em centenas de relatórios de diversas entidades, órgãos estaduais, federais, universidade entre outros, realizados antes e após o rompimento; 2) Análise Integrada dos Danos Sobre a Biodiversidade e os Serviços Ecossistêmicos na qual foram apresentadas informações que relacionam a gravidade dos danos sob a disponibilidade de serviços ecossistêmicos. Na segunda fase do estudo socioambiental, foi realizado o levantamento de dados primários através de coletas de amostras e análises laboratoriais da qualidade ambiental de compartimentos de interesse (água, solo e ar). É importante destacar que esse levantamento passou por um processo de adicional para que pudesse avaliar a existência de potencial risco à saúde à população “exposta” e “potencialmente exposta” às substâncias químicas de interesse (SQI) presentes nas regiões assessoradas pela Aedas. Ressalta-se que está previsto um estudo para aprofundamento complementar quanto a análise da degradação ambiental das comunidades atingidas e variáveis dos danos socioambientais para os diversos usos realizados antes do rompimento.</p>
<b>6. Diagnóstico de danos à Moradia, Infraestrutura e Patrimônio</b>	<p>Foram utilizadas metodologias complementares pautadas na pesquisa, coleta, sistematização e análise de dados primários e secundários, através de abordagens quantitativas e qualitativas. Considerou-se o recorte dos municípios, povos, comunidades e zonas, em atenção à auto-organização dos territórios. Considerou-se também os marcadores sociais, possibilitando coleta de dados, análises e/ou diálogos direcionados com mulheres, crianças e jovens, idosos, pessoas com deficiência e povos e comunidades tradicionais. De forma amostral, foi realizada a aplicação de questionários estruturados, vistorias técnicas em imóveis atingidos e entrevistas semiestruturadas com núcleos familiares e Povos e Comunidades Tradicionais, priorizando situações cujos danos fossem representativos de uma dada realidade. Paralelamente, houve o reconhecimento do território através de visitas técnicas de campo. Enquanto metodologia também foram realizados diálogos com o Poder Público para coleta de dados e informações referentes aos danos causados aos territórios, seus serviços e infraestruturas. Assim como, foram realizados espaços participativos nos formatos de Oficinas de Cartografia Social e Grupos Focais, possibilitando a escuta ativa e o aprofundamento na compreensão dos danos à Moradia, Infraestrutura e Patrimônio, bens e expectativas quanto às medidas de Reparação nas Regiões 1 e 2. A equipe da assessoria junto às pessoas atingidas segue elaborando diagnóstico de danos relacionados ao tema de moradia, infraestrutura e patrimônio.</p>



<p><b>7. Diagnóstico de danos à Economia, Trabalho e Renda</b></p>	<p><b>7.1- Levantamento e diagnóstico de Danos à agricultura e aos animais</b></p> <p>Para aprofundamento dos dados e informações sobre danos coletivos e difusos, gerados pelo rompimento da barragem da Vale S.A., relativos às diferentes cadeias produtivas que compõem a economia local, este diagnóstico teve como objetivo a identificação dos danos e problemas enfrentados pela diversidade de agricultores(as) atingidos(as) levantando, assim, danos às práticas agrícolas, aos animais domésticos e de produção. A pesquisa também buscou fazer o dimensionando do impacto à renda dos agricultores e agricultoras ocasionados por estes danos nas Regiões 1 e 2. A metodologia permitiu o levantamento de dados secundários e primários, bem como a geração de sinergias entre os saberes científicos e populares. A pesquisa teve como base a perspectiva da economia feminista, construindo análises a partir do trabalho realizado pelas mulheres atingidas, com foco em suas produções, de suas famílias e os respectivos danos. O estudo contou com entrevistas individuais e oficinas comunitárias com mulheres atingidas. Nas oficinas foram utilizadas as metodologias das Cadernetas Agroecológicas, os Mapas da Sociobiodiversidade e o Rio da Vida. Ressalta-se que dentro da área temática de Economia, Trabalho e Renda estão previstas outras linhas de pesquisa para o levantamento de danos às cadeias produtivas relativas à economia rural e urbana.</p> <p>Está prevista a segunda fase deste estudo relativo aos danos às agriculturas e animais, a qual abarcará a interface dos danos socioambientais na produção agrícola e economia rural da região.</p> <p><b>7.2- Levantamento e diagnóstico de Danos à pesca e à aquicultura</b></p> <p>Para identificação de danos à pesca e à aquicultura, especificamente na Região 2, este estudo compreendeu a realização de um diagnóstico contendo ampla caracterização etnográfica, socioeconômica e socioambiental que permitiu contextualizar a atividade pesqueira e de aquicultura em todas suas modalidades, assim como identificar os danos de curto e longo prazo sofridos pelas pessoas atingidas da região.</p> <p>O diagnóstico elaborado pela consultoria foi realizado a partir de análises quantitativas e qualitativas e apoiou-se na abordagem da cartografia social e da educação popular. Foram realizados levantamentos de dados primários e secundários. Dentre as metodologias utilizadas estão a observação de campo (com sistematização de caderno de campo), aplicação de questionário (robusto e simplificado), realização de entrevistas semiestruturadas, rodas de conversa, cartografia social e georreferenciamento de lugares de referência para a cadeia produtiva da pesca na região. Participaram da pesquisa pescadoras(es) em suas diferentes categorias (pesca de autoconsumo, pesca artesanal e profissional, pesca amadora e</p>
--	---



	<p>aquicultura), piscicultoras(es), lideranças dos Povos e Comunidades de Tradição Religiosa Ancestral de Matriz Africana (PCTRAMA) e profissionais que desenvolvem artifícios de pesca. Para o contato com os PCTRAMA, a consultoria seguiu o Protocolo de Consulta Prévia.</p> <p><b>7.3- Diagnóstico socioeconômico urbano e rural</b></p> <p>Está prevista a realização de um estudo para ampla caracterização dos sistemas e cadeias produtivas presentes na zona urbana e rural dos municípios atingidos das Regiões 1 e 2 e respectivos danos coletivos e difusos gerados pelo desastre sociotecnológico. Serão considerados os cenários verificados anteriormente e posteriormente ao rompimento da barragem, para construção de parâmetros de reparação na perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável.</p>
<p><b>8. Diagnóstico de danos à Educação e Serviços socioassistenciais</b></p>	<p>Foi realizado pela equipe técnica da AEDAS um diagnóstico prévio dos danos à educação e serviços socioassistenciais causados pelo rompimento da barragem. Participaram deste estudo prévio pessoas atingidas da Região 1 e Região 2 que atuavam ou atuam profissionalmente nas áreas de Educação e do Serviço Socioassistencial. Para identificação das profissionais foram utilizadas informações do Registro Familiar e protocolo complementar de indicações das equipes de mobilização da ATI. Foi aplicada a metodologia de grupos focais para coleta inicial de dados primários, havendo espaços participativos específicos com as(os) profissionais atingidas(os) da área da Educação e espaços participativos com as(os) profissionais dos Serviços Socioassistenciais.</p> <p>As perguntas dos espaços participativos de Educação foram relativas à organização territorial, localização e acesso às escolas; projetos pedagógicos; comunidade escolar e estudantes; alimentação; contexto pandêmico, evidenciando os danos sofridos a partir de 2019 e que foram agravados nesse cenário.</p> <p>Sobre as perguntas dos espaços participativos de Serviços Socioassistenciais, foram organizadas em função dos níveis de complexidade dos Serviços, Programas e Projetos executados nos territórios, focando na organização comunitária, na vida financeira da população, nos benefícios assistenciais, situações de violência e violação de direitos no território, atuação profissional e sobrecarga de trabalho após o rompimento.</p> <p>Está previsto um estudo aprofundado, através de consultoria especializada, sobre os danos coletivos e difusos relativos à Educação e Serviços Socioassistenciais.</p>
<p><b>9. Diagnóstico</b></p>	<p>Este estudo objetivou o levantamento da situação documental</p>



<b>de danos às Comunidades Quilombolas</b>	das Comunidades Quilombolas de Marinhos, Sapé, Rodrigues e Ribeirão, e dos danos relativos aos aspectos ambientais, sociais e culturais por elas sofridos. A consultoria contratada seguiu o Protocolo de Consulta Prévia Livre e Informada para a realização do levantamento da situação documental e dos danos às quatro comunidades quilombolas, utilizando como proposta metodológica, a pesquisa de cunho qualitativo e participativo, composta por levantamento de dados primários e secundários. O processo de diagnóstico garantiu, ainda, o mapeamento de pontos georreferenciados, a coleta e análise de amostras de água, a elaboração de mapas mentais e temáticos, além da aplicação de questionários e entrevistas, assegurando a participação dos(as) quilombolas. Ressalta-se que está previsto um estudo complementar para as comunidades certificadas ou que ainda não alcançaram e/ou concluíram o processo de certificação.
<b>10. Diagnóstico de Danos aos PCTRAMA</b>	Realização de consultoria contratada para levantamento documental e dos danos relativos aos aspectos sociais e culturais causados aos Povos e Comunidades de Tradição Religiosa Ancestral de Matriz Africana - PCTRAMA. O suporte metodológico para a elaboração da pesquisa é ancorada por métodos e técnicas participativas, reconhecendo o protagonismo da comunidade e valorizando o conhecimento e as experiências dos atingidos(as), razão pela qual será detalhado a partir da intersecção de diferentes fontes/dados, obtidas por múltiplas formas e com a participação de pesquisadores/as de diferentes áreas. Em atenção à premissa da participação proativa das pessoas atingidas, a equipe técnica buscará combinar ferramentas cujas abordagens quantitativas dos territórios em questão, dialoguem e se complementam com o método qualitativo para análise e concretização dos objetivos da empreitada. Os instrumentos de pesquisa adotados foram aprimorados a partir da revisão bibliográfica, do levantamento documental e da interação com as pessoas atingidas. Todavia, é já apontado intersecção “entre métodos”, a qual pressupõe o uso de diversificados métodos direcionados para o alcance de resultados exaustivos e dotados do máximo detalhamento no levantamento dos danos e indicação de medidas de reparação.

## **Metodologia de sistematização de danos difusos e coletivos nas Regiões 1 e 2**

Os diálogos com as pessoas atingidas evidenciam que há grandes expectativas com o Anexo I.1, no sentido de ser o instrumento com maior capacidade de efetivamente reparar os danos coletivos e difusos verificados nas comunidades atingidas. Sobretudo,



considerando regras de gestão participativa, é avaliado que as pessoas atingidas, com apoio das ATIs, podem direcioná-lo para as localidades, grupos sociais e grupos vulnerabilizados atingidos, bem como para objetivos, parâmetros, ações e características que atendam às necessidades de reparação.

Assim, o Anexo I.1 dialoga diretamente com a possibilidade de satisfação das pessoas atingidas com o processo reparatório e com o sistema de justiça, ainda mais considerando as expectativas não necessariamente atendidas, atualmente, com os demais anexos. Isso depende, efetivamente, da sua correlação com dados identificados nos diagnósticos de danos coletivos e difusos, sistematizados e detalhados em documentos e banco de dados.

Partindo de todo o diagnóstico de danos realizado nas Regiões 1 e 2, conforme descrito no quadro acima, onde se levantou danos individuais, coletivos e difusos, a Aedas buscou classificar os diversos danos levantados de acordo com sua natureza.

O registro de todos os danos é feito por meio de referência e correlação com os documentos e relatórios de diagnóstico, como os produtos das consultorias especializadas, os relatórios das reuniões com as pessoas atingidas e o instrumental do registro familiar. Assim, é possível que cada dano registrado no banco de dados seja rastreado até a fonte. Além disso, os danos das regiões 1 e 2 estão em processo de constante atualização, uma vez que ainda existem consultorias em andamento, bem como novos relatos de pessoas atingidas que se somam aos grupos de diálogo diariamente.

Por meio de aplicação de técnica jurídica pelas equipes das áreas temáticas, os danos foram trabalhados de modo a se diferenciar os de natureza coletiva e difusa dos de natureza individual, permitindo a sistematização específica dos danos difusos e coletivos dentro dos mais diversos temas.

O banco de dados da Aedas, além de registrar os danos coletivos e difusos identificados, também é alimentado no sentido de correlacionar os danos a outros campos de informação de rastreamento, como local/comunidade onde o dano foi relatado, grupos sociais atingidos pelo dano, marcadores de vulnerabilidade socioeconômica, dentre outros.

Nesse sentido, considerando a necessidade de definir características para as ações previstas no Anexo I.1 a Aedas está elaborando:



A) Sistematização de danos coletivos e difusos identificados nas comunidades atingidas, conforme levantamentos e diálogos com o campo.

B) Elaboração de diagnóstico de danos conformando e identificando as principais informações de rastreio que permitem ações correspondentes com os dados observados.

C) Identificação da correlação dos dados advindos do diagnóstico completo com possíveis ações reparatórias.

## ATI Paraopeba NACAB

O processo de mapeamento de danos da Região 3 teve início quando das primeiras atividades de diálogo com pessoas atingidas para a escuta inicial de seus danos e construção do Plano de Trabalho da ATI Paraopeba NACAB. Desde então, a assessoria tem realizado um conjunto de pesquisas e diagnósticos para levantamento e sistematização dos impactos e efeitos multidimensionais causados pelo rompimento na região, por meio de metodologias participativas, além da contratação de consultorias para identificação de danos específicos.

Tipo de instrumentos e técnicas	Abordagem
<b>1. Diagnóstico Rápido Participativo (DRP)</b>	Por meio de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), aplicado pela assessoria no segundo semestre de 2020, houve levantamento inicial de prejuízos emergenciais, etapa importante para determinar os próximos passos no diagnóstico de danos.
<b>2. Estudos para caracterização sociodemográfica, econômica e cultural do território, identificação de pessoas atingidas e levantamentos de danos materiais e imateriais</b>	2.1 Diagnóstico de caracterização sociodemográfica, econômica, cultural e levantamento dos danos patrimoniais e socioculturais  Foi realizado estudo de caráter quantitativo com o objetivo de identificar danos suportados pelas pessoas e comunidades da região 3, tanto sob o aspecto material quanto imaterial. Para este diagnóstico, também foram utilizados dados secundários do território.  2.2 Diagnóstico dos povos e comunidades tradicionais e do patrimônio imaterial



	<p>Houve contratação de consultoria especializada para identificação e caracterização das comunidades tradicionais da região 3, bem como de seus danos específicos vivenciados em razão do rompimento da barragem.</p> <p>2.3 Diagnóstico de povos e comunidades tradicionais de religião ancestral de matriz africana</p> <p>Com o apoio de consultoria especializada, o diagnóstico identificou e caracterizou as casas de santo, terreiros e lideranças espirituais presentes na região 3, bem como os prejuízos específicos - materiais e imateriais - causados pelo rompimento aos povos de terreiro.</p> <p>2.4 Diagnóstico sobre o impacto do desastre na vida das mulheres</p> <p>O objetivo da pesquisa foi o de identificar danos materiais e imateriais sofridos especificamente pelas mulheres da região 3, uma vez que a configuração destes impactos tem relação direta com questões estruturais, que acentuam prejuízos e vulnerabilidades.</p> <p>2.5 Diagnóstico de avaliação dos impactos em saúde e proteção social</p> <p>Diagnóstico ainda em andamento para identificar e monitorar os danos, perdas e agravos à saúde integral das pessoas e comunidades atingidas da região 3, provocados pelo desastre-crime, assim como o impacto no sistema de proteção social.</p>
<b>3. Diagnóstico Socioambiental</b>	<p>3.1 Monitoramento dos danos causados pelo rompimento sobre fatores bióticos e abióticos da Região 3</p> <p>Este monitoramento tem como objetivo realizar o levantamento contínuo de dados primários e secundários e analisar os dados produzidos por outras instituições, públicas e/ou privadas, relacionados aos danos ambientais causados pelo rompimento sobre os fatores bióticos (biota terrestre/aquática e produtos agrícolas) e abióticos (solo e ar).</p> <p>3.2 Diagnóstico territorial socioambiental</p> <p>A pesquisa visou caracterizar os meios físico e biótico da Região 3 a partir da manipulação de dados geoespaciais, com o objetivo de analisar alterações e classificar o uso e cobertura da terra a partir de imagens de alta resolução de antes do rompimento (2018) e pós rompimento (2021).</p> <p>3.3 Monitoramento dos conflitos socioambientais da Região 3</p>



	<p>Monitoramento para atualização contínua do diagnóstico emergencial dos conflitos na Região 3, consequentes do dano ambiental vivenciado ou agravado no território.</p> <p><b>3.4 Análises de fatores bióticos e abióticos</b></p> <p>A ação buscou analisar dados primários relativos a fatores bióticos e abióticos capazes de propiciar uma compreensão da realidade ambiental da região 3, sobretudo, em escala local. Os dados primários coletados são analisados também em comparação aos dados secundários levantados pela assessoria.</p> <p><b>3.5 Avaliação de riscos de cheias</b></p> <p>O diagnóstico avaliou os riscos associados ao comportamento do rio Paraopeba em cenários de cheias, com o objetivo de identificar e caracterizar os danos associados à deposição de rejeito na planície fluvial atingida e avaliar espacialmente os riscos de novas cheias do rio Paraopeba.</p>
<p><b>4. Diagnóstico e Monitoramento dos impactos sobre abastecimento e consumo de água</b></p>	<p><b>4.1. Diagnóstico de comprometimentos de abastecimento de água pós rompimento da barragem</b></p> <p>O diagnóstico envolve ações permanentes de monitoramento do abastecimento, acesso e qualidade da água disponível para consumo na Região 3 para que sejam diagnosticados os comprometimentos de uso da água em razão do rompimento.</p> <p><b>4.2 Diagnóstico dos comprometimentos sobre a qualidade da água</b></p> <p>Este diagnóstico refere-se à análise da alteração da qualidade da água do rio Paraopeba após o rompimento da barragem, que é monitorada pelo IGAM de maneira periódica. Na medida que são publicizadas, as informações são compiladas em um banco de dados, que também é atualizado com dados secundários de qualidade de água superficial, subterrânea e de sedimentos realizados por outros estudos, caso referentes aos municípios da Região 3. Além disso, coletamos amostras que nos ajudam a entender a dimensão do dano.</p>
<p><b>5. Diagnóstico Territorial dos Recursos e Atividades Econômicas</b></p>	<p>O diagnóstico buscou qualificar os danos e prejuízos às cadeias produtivas e às atividades econômicas individuais da Região 3, a partir de um estudo de casos de empreendimentos,</p>



	<p>trabalhadores e produtores dos diferentes ramos de atividade afetados pelo desastre-crime da Vale S.A. na região 3;</p> <p>Identificar os obstáculos para reativação das atividades produtivas e das cadeias econômicas, para superá-los no processo de reparação justa e integral;</p> <p>Iniciar uma reflexão coletiva sobre o futuro econômico dos territórios em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável das atividades produtivas.</p>
--	---

## Metodologia de sistematização de danos difusos e coletivos na Região 3

Ao longo do processo de assistência às Instituições de Justiça e assessoramento às pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de rejeito de minério da empresa Vale S.A., em Brumadinho, a ATI Paraopeba NACAB realizou uma série de levantamentos e estudos técnicos participativos para identificar e mapear os danos causados por esse desastre-crime na Região 3. Com base nos resultados desses estudos foram identificadas diversas categorias de danos difusos e coletivos em diferentes níveis local e regional, para diferentes grupos sociais.

Neste processo, a equipe técnica da assessoria observou que os danos difusos e coletivos partem de uma origem comum – o rompimento da barragem - e se estruturam na forma de uma complexa rede, na medida em que um mesmo fato violador pode representar dano a mais de um bem jurídico. Ao analisar a **correlação entre os danos**, observa-se que os danos socioambientais se relacionam diretamente a uma série de danos sociais, econômicos e culturais no território, que se estendem para além da margem do rio Paraopeba e represa de Três Marias. Isso porque a divisão estanque entre prejuízos socioambientais e socioeconômicos do rompimento não encontra correspondência na vida material das pessoas e comunidades, vez que estes aspectos estão constantemente entrelaçados.

Entende-se, portanto, que os danos socioeconômicos causados aos meios e modo de vida das pessoas e comunidades atingidas são fruto da combinação de um ou mais danos aos componentes ambientais, econômicos e sociais da área afetada, e que, por



consequência, o processo de reparação depende, assim, de medidas e projetos que consigam responder em igual medida ao conjunto de efeitos e prejuízos múltiplos. Por dedução, isso significa que a sistematização dos danos difusos e coletivos mapeados por meio das consultas e estudos participativos realizados pelas ATIs, até a presente data, demandam, necessariamente, instrumentos que permitam uma análise integrada dos danos causados pelo rompimento, partindo de uma visão sistêmica do processo causal do dano e as conexões existentes entre essas diversas categorias de dano.

### **O que estamos fazendo na Região 3**

Considerando a necessidade de identificar diretrizes/linhas temáticas prioritárias para os projetos de reparação socioeconômica nas comunidades afetadas, previstos no Anexo I.1 do acordo judicial firmado em fevereiro de 2021, a ATI Paraopeba NACAB vem trabalhando na:

- A) sistematização e estruturação de categorias de danos difusos e coletivos já mapeados, considerando tanto as dimensões ambientais quanto às dimensões sociais e econômicas;
- B) sistematização realizada a partir da construção de uma rede complexa de danos difusos e coletivos, na qual as categorias de danos identificadas estão conectadas entre si por meio de relacionamentos específicos, que podem ser considerados conectores lógicos.

Nesse modelo busca-se evidenciar a conexão das categorias de danos ao rompimento e, ainda, a conexão das categorias entre si, demonstrando que um mesmo fato se desdobra em danos diversos. As conexões entre as categorias de danos indicam a necessidade de enfoques diversos e complementares para múltiplas abordagens de reparação, sejam projetos e ações de natureza socioambiental, conforme Anexo II, por meio do Plano de Recuperação Socioambiental, ou de reparação socioeconômica, conforme proposta, em desenvolvimento, do Plano Participativo de Reparação e Desenvolvimento do Anexo I.1.

### **Como estamos fazendo na Região 3**

A construção dessa complexa rede de danos se dá de acordo com as seguintes etapas:



A) cada categoria de dano mapeada receberá um identificador lógico que será conectado à outras categorias relacionadas;

B) esse processo será realizado em uma planilha de forma sistêmica, com base nos estudos realizados pela ATI Paraopeba/Nacab e expertises da equipe técnica acerca do tema;

C) após finalizada a definição das categorias, será realizada a análise das conexões lógicas entre elas e a construção visual da cadeia de danos proposta;

D) esse processo de análise e de construção será realizada com auxílio do software estatístico “R”, especializado em análise matemática e quantitativa de dados e a biblioteca “igraph”<sup>2</sup> para sistematização dos danos, com a respectiva apresentação gráfica das conexões.

E) assim, para além de uma lista de categorias de danos difusos e coletivos causados pelo rompimento, a presente abordagem permitirá uma análise visual da **interdependência entre esses danos e como as diferentes categorias estão conectadas ao rompimento**;

F) não obstante, essa abordagem também permitirá compreender as complexidades de reparação ligadas a cada uma das categorias de danos difusos e coletivos identificados, permitindo a compreensão das possíveis correlações dos danos.

Por fim, cabe ressaltar, que as categorias de danos difusos e coletivos foram criadas a partir de uma visão mais ampla do rompimento, e que, portanto, possíveis detalhamentos e a criação de novas categorias mais detalhadas podem ser necessárias.

## **Instituto Guaicuy:**

As informações expostas nessa seção têm como fonte o Dossiê de Análise dos Danos Identificados nas Regiões 4 e 5. Cabe ressaltar que as abordagens e pesquisas de levantamentos de danos individuais, coletivos e difusos foram as mesmas feitas pelo Instituto Guaicuy, embora as metodologias de levantamento e de sistematização de danos

---

<sup>2</sup> Informações sobre R(igraph): <https://igraph.org/2022/06/13/igraph-1.3.2-r.html>



sejam distintas. Abaixo, segue a apresentação detalhada das abordagens e pesquisas utilizadas pelo Guaicuy para levantamento de danos:

<b>Tipo de instrumentos e técnicas</b>	<b>Abordagem</b>
<b>Pesquisa Domiciliar</b>	A Pesquisa Domiciliar do Instituto Guaicuy consiste em um levantamento de dados do tipo <i>survey</i> , realizado para fins de mapeamento de danos sociais, econômicos, culturais e ambientais provocados pelo rompimento.
<b>Pesquisa Saúde</b>	A Pesquisa Saúde consiste na Análise da Situação de Saúde (ASIS) das Pessoas Atingidas das regiões 4 e 5, através de informações obtidas em dados secundários oriundos dos sistemas nacionais de informação em saúde e por meio de entrevistas em profundidade realizadas com pessoas atingidas, profissionais de saúde e gestores municipais de saúde.
<b>Acolhimento Psicossocial</b>	O acolhimento psicossocial é uma metodologia de diálogo e, especialmente, escuta qualificada da população atingida a respeito das diversas manifestações de sofrimento que surgiram e/ou se agravaram em decorrência do rompimento da barragem e de suas consequências. Pode ser individual ou coletivo.
<b>Acolhimento de Ciências Agrárias</b>	O acolhimento da equipe de Ciências Agrárias é um espaço de escuta e conversa individual e familiar, local para esclarecimento de dúvidas e fornecimento de orientações às famílias atingidas. São relatados danos relacionados aos cultivos agrícolas, à pesca, à aquicultura e às criações de animais. Durante o acolhimento, são encaminhadas as demandas emergenciais que envolvem, principalmente, o fornecimento de água para consumo humano, irrigação, dessedentação e alimentação animal.
<b>Atividades Coletivas</b>	As atividades coletivas se constituem como espaços de escuta, com metodologia própria e complementar às ações de acolhimento, elaboradas coletivamente entre as equipes temáticas, buscando garantir a participação informada das pessoas atingidas e a qualidade do registro dos danos. As ferramentas participativas podem ser adaptadas de acordo com a realidade, assim como podem ser usadas mais de uma ferramenta para complementar as informações que se pretende coletar ou para alcançar determinado objetivo.
<b>Entrevistas Semi-Estruturadas</b>	As entrevistas semi-estruturadas são uma forma de coletar informações de forma descontraída com perguntas orientadoras relacionadas ao assunto que deseja saber (saúde, educação, plantio, produção e comercialização de produtos, modo de vida, sonhos, problemas enfrentados, entre outros). As equipes de Pesquisa em Ciências Sociais e a Coordenação de Turismo,



	Cultura, Esporte e Lazer utilizaram-se dessa técnica para conhecer melhor a realidade local e basear novos estudos.
<b>Análises Ambientais</b>	As análises ambientais realizadas pelo Instituto Guaicuy têm por finalidade subsidiar a população e comunidades atingidas na identificação dos danos desencadeados pelos diversos impactos do rompimento. Os tipos de análise realizadas são de água subterrânea, água superficial, sedimentos, solos e comunidades aquáticas. As análises de água subterrânea são realizadas nos poços, cisternas ou mesmo torneiras que recebem água após tratamento. Essas análises têm o objetivo de atender às demandas comunitárias a respeito da qualidade das águas utilizadas para consumo humano nas localidades estudadas.

## Metodologia de sistematização de danos difusos e coletivos na R4 e na R5

Por meio das distintas abordagens de levantamento de danos individuais, coletivos e difusos, os danos obtidos, principalmente advindos de relatos das próprias pessoas atingidas, foram organizados para a análise de danos coletivos e difusos. Esta organização buscou tanto mesclar análises de dados obtidos de diferentes pesquisas, como também extrair análises de pesquisas específicas, como é o caso por exemplo de pesquisas que se utilizam de dados secundários (ex.: parte da Pesquisa Saúde) ou que possuem uma forma de organização específica inerente à pesquisa (ex.: Pesquisa Domiciliar e Análises Ambientais).

As fontes de informação sistematizadas e analisadas conjuntamente foram catalogadas, como os relatórios de reuniões de núcleo e rodas de conversa, registros de entrevistas semiestruturadas, relatos voluntários por via digital, relatos associados a demandas de análise de água e devolutivas realizadas em visitas técnicas, registros de acolhimento, entre outros relatórios, pesquisas e demais fontes de informação registradas ao longo da atuação do Instituto Guaicuy. Além de identificar a fonte de informação, também foi registrada a natureza da informação, nesse caso diferenciada como interpretação ou transcrição do relato. Outro ponto importante a se ressaltar é que os dados sistematizados podem ser rastreados até seus documentos de origem e também são em geral passíveis de identificação das pessoas que concederam os relatos.

Após a catalogação, análises dos relatos das próprias pessoas atingidas e das pesquisas específicas, foram sistematizados danos coletivos e difusos de diversas temáticas.



## ii. Compatibilização dos danos coletivos e difusos da Bacia

Após a etapa de mapeamento dos danos coletivos e difusos das três assessorias técnicas independentes, será iniciado o esforço de sistematização e compatibilização dos danos coletivos e difusos da Bacia do Rio Paraopeba e do Lago de Três Marias.

Importante ressaltar que a estruturação dos danos coletivos e difusos será feita por meio de temas e subtemas, diferente da estruturação realizada para os danos individuais e individuais homogêneos para a Matriz de Danos e Reconhecimento. Nesta última, a estruturação foi realizada por meio de eixos e subeixos, que apresentam temáticas e fundamentações distintas das apresentadas no presente documento.

O esforço de compatibilização dos danos coletivos e difusos da Bacia do Rio Paraopeba e Lago de Três Marias tem como objetivo a consolidação de um diagnóstico comum sobre os danos a serem reparados por meio de projetos comunitários no Anexo I.1.

Essa compatibilização, será a base para o Plano Participativo de Reparação e Desenvolvimento do Anexo I.1, que objetiva garantir que os projetos de demandas das comunidades atingidas e das linhas de crédito e microcrédito alcancem efetivamente a reparação dos danos difusos e coletivos, bem como o desenvolvimento das comunidades e das regiões atingidas pelo rompimento da Barragem da Vale S.A. em Brumadinho, MG.

Assim, a efetividade da reparação parte dos danos coletivos e difusos identificados e compatibilizados. A partir dessa base comum de danos coletivos e difusos da bacia serão elaborados projetos e linhas de crédito e microcrédito para os quais serão traçados objetivos, metas, valores, abrangência, ações relacionadas aos marcadores de vulnerabilidade socioeconômica, dentre outras informações essenciais que estarão contidas no Plano Participativo do Anexo I.1.

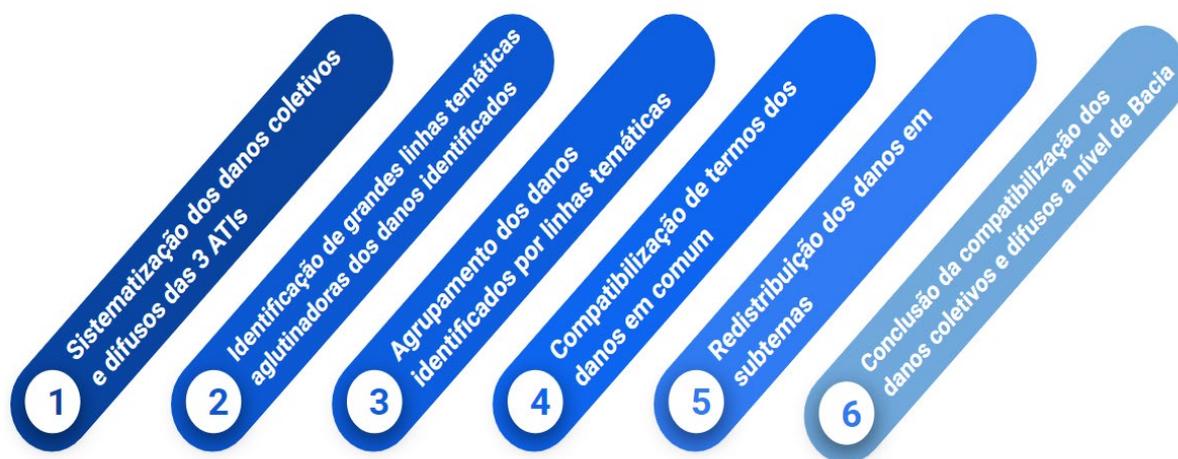
Uma vez que a governança do Anexo I.1 pretende partir de uma estrutura participativa de tomada de decisão, também as estratégias e bases para a reparação dos danos precisam ser compatibilizados tendo em vista garantir que todas as pessoas atingidas da bacia tenham acesso às mesmas informações e condições para decidirem sobre os projetos mais satisfatórios para as suas comunidades.

Ao mesmo tempo, somente a partir de uma linha de base diagnóstica em comum é possível realizar o monitoramento da efetividade da implementação dos recursos do Anexo I.1 e a garantia de que, de fato, este Anexo está sendo utilizado para a reparação dos danos coletivos e difusos sofridos pelas pessoas atingidas de toda a Bacia.



Justificada a necessidade de compatibilização dos danos coletivos e difusos da Bacia do Rio Paraopeba e Lago de Três Marias, será detalhado a seguir a metodologia a ser adotada conjuntamente pelas três Assessorias Técnicas Independentes:

#### **Etapas da compatibilização dos danos coletivos e difusos em nível de bacia:**



1. Na primeira etapa será realizada a sistematização de todos os danos coletivos e difusos já identificados junto às pessoas atingidas pelas 3 Assessorias Técnicas, em seus respectivos territórios. Essa sistematização será a base para a compreensão das grandes linhas temáticas, da etapa seguinte;

2. A partir da sistematização dos danos de todos os territórios atingidos, será possível identificar grandes linhas temáticas que contemplam os danos descritos. As linhas temáticas devem ser abrangentes o suficiente para aglutinar um conjunto de danos identificados em grande parte dos territórios atingidos, mas específicos o suficiente para respeitar as particularidades de todos os territórios atingidos.

3. Após a definição das linhas temáticas, os danos sistematizados serão agrupados dentro de cada tema. Esta etapa é importante para a verificação se os temas estão conseguindo contemplar todos os danos apontados. Nesta etapa, também será possível a criação de novas linhas temáticas, tendo em vista contemplar danos que não tenham sido incorporados nos temas previamente definidos.



4. O agrupamento dos danos identificados por linhas temáticas permitirá a realização de uma análise sobre os danos listados mais de uma vez. Neste momento, as 3 ATIs buscarão compatibilizar os termos de cada dano, evitando que eles sejam apontados de forma repetida, e descrevendo-os de forma a contemplar todas as particularidades regionais apontadas sobre eles.

5. Após o agrupamento dos danos identificados em temas e a compatibilização dos termos de cada dano, **evitando repetições**, será possível identificar, dentro de cada eixo temático, subtemas que aquele conjunto de danos apresenta relação. Nesta etapa, serão elencados os subtemas de cada tema, e os danos serão novamente redistribuídos nesta nova estrutura.

6. Será feita revisão de toda a estrutura de danos coletivos e difusos identificados nas 5 regiões e organizados por temas e subtemas.

7. Após a organização dos danos coletivos e difusos em temas e subtemas, a sistematização e o diagnóstico correspondente serão a informação base utilizada para apontar e construir, de forma participativa, diretrizes como objetivos, parâmetros e ações dos projetos, linhas de crédito e microcrédito a serem implementados nas regiões atingidas, garantindo assim sua efetiva capacidade reparatória.



*A sistematização inicial dos danos coletivos e difusos em consonância com os projetos de demandas das comunidades do Anexo I.1*

3

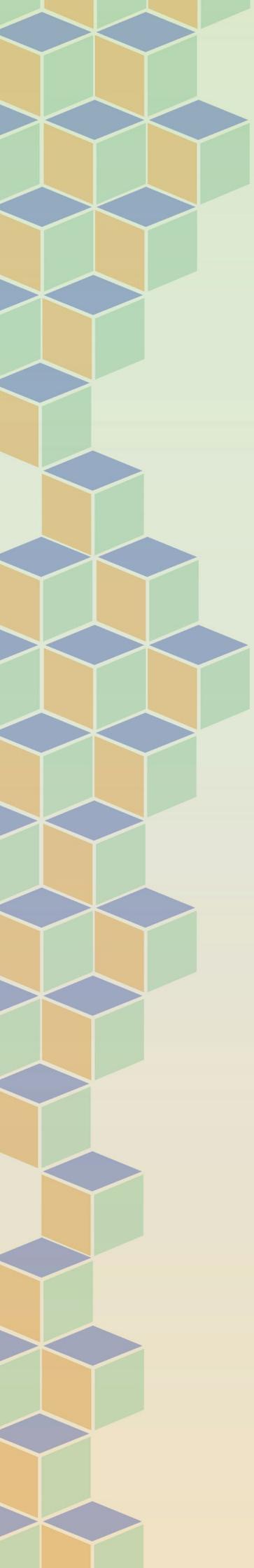


### **3. A sistematização inicial dos danos coletivos e difusos em consonância com os projetos de demandas das comunidades do Anexo I.1**

O mapeamento dos danos coletivos e difusos da Bacia do Rio Paraopeba e Lago de Três Marias vem sendo construído pelas Assessorias Técnicas e pelas pessoas atingidas, por meio de metodologias e diagnósticos participativos, como já evidenciado em outras entregas e em tópico anterior do presente documento.

O trabalho de mapeamento e compatibilização das 05 regiões culminará na sistematização **inicial** de danos coletivos e difusos, a ser entregue pelas 3 Assessorias Técnicas, conforme detalhado nos próximos passos do presente documento. Fala-se em sistematização inicial, tendo em vista a possibilidade sempre aberta, pelo constante diálogo com as pessoas atingidas, de identificação de novos danos nos territórios atingidos. Além disso, importante ressaltar que os danos supervenientes, não reparados pelo acordo judicial, podem ser identificados a qualquer momento pelas assessorias técnicas independentes, o que reforça o caráter inicial da entrega descrita.

Por fim, é importante destacar que a sistematização de danos coletivos e difusos está em consonância e se relaciona com os projetos de demandas das comunidades, por meio do Plano Participativo de Reparação e Desenvolvimento do Anexo I.1, a ser detalhado pelas pessoas atingidas ao longo dos próximos meses.



# *Próximas etapas*





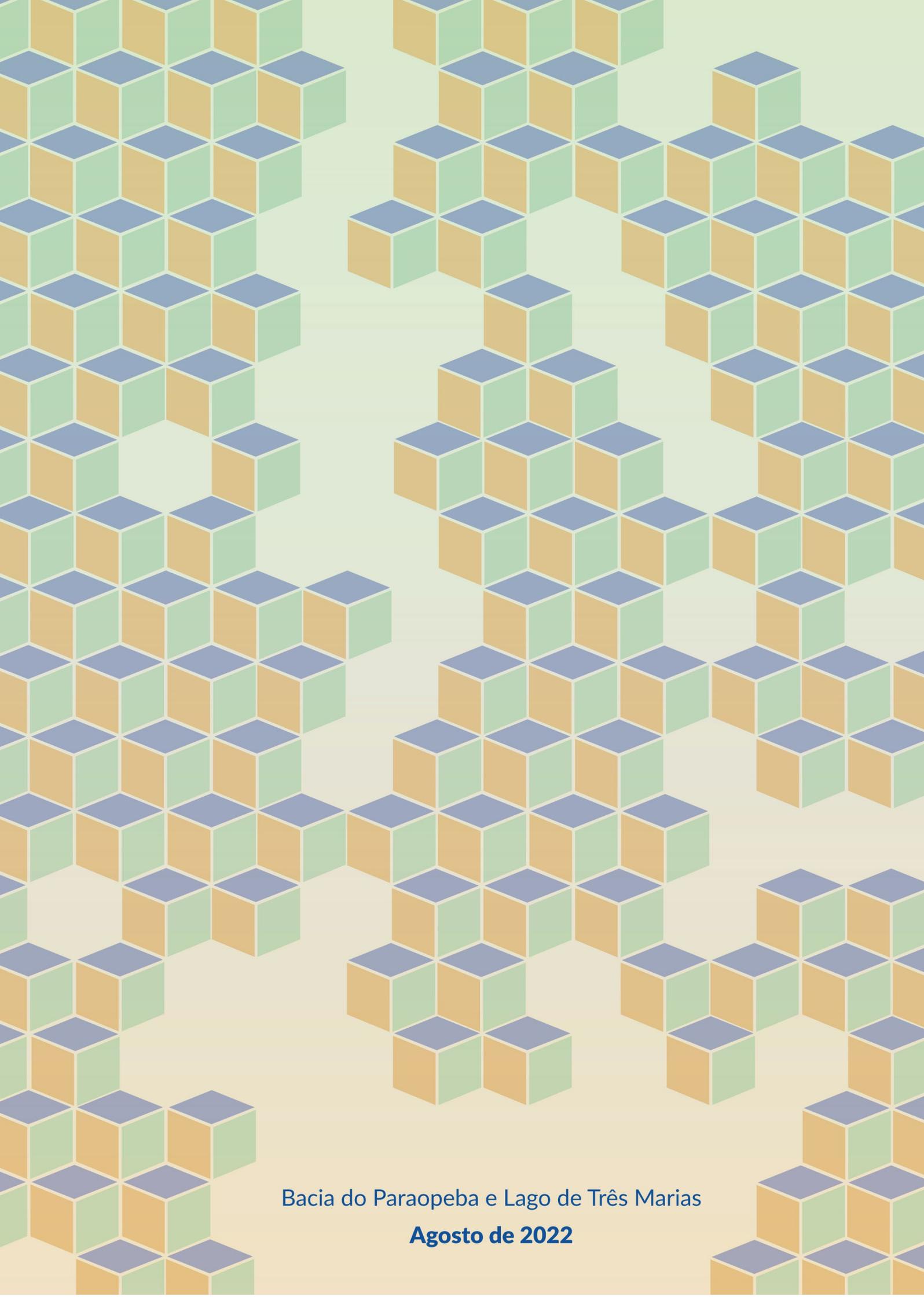
## 4. Próximas Etapas

A sistematização dos danos difusos e coletivos em consonância com os projetos comunitários do Anexo I.1 se dará por meio da construção do Plano Participativo de Reparação e Desenvolvimento, construído e detalhado pelas pessoas atingidas com apoio das Assessorias Técnicas. Nesse sentido, os próximos passos da construção se dão conforme alinhamento feito entre as 3 Assessorias Técnicas sobre os marcos lógicos do Anexo I.1:

- Dialogar com as pessoas atingidas sobre a estruturação da proposta preliminar do Plano Participativo de Reparação e Desenvolvimento do Anexo I.1, com definição das diretrizes, objetivos e metas dos projetos de demanda das comunidades e das linhas crédito e microcrédito, conforme mapeamento e sistematização dos danos coletivos e difusos.
- Apoiar a construção participativa dos projetos emergenciais, a partir dos danos coletivos e difusos já identificados.
- Apoiar as pessoas atingidas na identificação das linhas básicas, diretrizes e parâmetros de execução, de forma preliminar, dos projetos de demanda das comunidades e das linhas de crédito e microcrédito das cinco regiões atingidas da Bacia do Rio Paraopeba e Lago de Três Marias, em consonância com o sistema de governança.
- Assessorar as comunidades atingidas na construção do Plano Participativo do Anexo I.1 e do Programa de Crédito e Microcrédito, a partir do diagnóstico, com danos, diretrizes, comunidades e sujeitos atingidos, marcadores sociais, metas, ações, parâmetros, projetos, linhas e mecanismos de crédito, entre outras informações.
- Organizar formações continuadas com as pessoas mobilizadas na estrutura de governança para apropriação do mapeamento de danos coletivos e difusos e outros instrumentos necessários à reparação integral, subsidiando a atualização do Plano do Anexo I.1.
- Realizar oficinas de formação e mapeamentos participativos com as pessoas atingidas para a elaboração, execução e monitoramento dos projetos de demanda das comunidades e para as linhas crédito e microcrédito.



- Assessorar as diferentes instâncias de Participação no debate dos projetos implementados, fomentando a discussão com dados qualitativos e quantitativos, contribuindo para o controle social e diálogo qualificado com a governança do Anexo I.1.
- Organizar atividades de intercâmbio entre as pessoas atingidas da Bacia do Rio Paraopeba e Lago de Três Marias e demais experiências nos temas de interesse para a reparação socioeconômica.



Bacia do Paraopeba e Lago de Três Marias  
**Agosto de 2022**